

Questão 1

Considerando as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 relativas aos aspectos ambientais aplicáveis às licitações e aos contratos de obras e serviços de engenharia, analise as afirmativas a seguir:

I. O anteprojeto deve contemplar, entre outros elementos, parâmetros de adequação ao interesse público, de economia na utilização, de facilidade na execução, de impacto ambiental e de acessibilidade.

II. Quando a responsabilidade pelo licenciamento ambiental for atribuída à Administração, a manifestação prévia ou a licença prévia, quando cabíveis, poderão ser obtidas após a divulgação do edital, desde que anteriormente à assinatura do contrato.

III. Na definição do menor dispêndio para a Administração, poderão ser considerados custos indiretos relacionados à manutenção, utilização, reposição, depreciação e ao impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, desde que sejam objetivamente mensuráveis.

IV. O atraso na obtenção da licença ambiental, a impossibilidade de obtê-la ou a alteração substancial do anteprojeto dela decorrente podem constituir motivo para extinção do contrato, ainda que a licença seja obtida no prazo previsto.

V. Nas contratações de obras, fornecimentos e serviços, inclusive de engenharia, poderá ser estabelecida remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado, considerando, entre outros fatores, metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazos de entrega definidos no edital e no contrato.

Assinale a alternativa CORRETA:

A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.

B) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.

C) Apenas as afirmativas I, III, IV e V estão corretas.

D) Apenas as afirmativas II, III, IV e V estão corretas.

Questão 2

Uma obra pública de infraestrutura em Belo Horizonte está sendo analisada quanto ao seu enquadramento ambiental. O empreendimento apresenta determinado porte e potencial poluidor, mas também está localizado em área onde incide critério locacional previsto na DN COPAM nº 217/2017.

O engenheiro responsável concluiu que, como a atividade já possui classificação definida pelo porte e potencial poluidor, a localização não altera a modalidade de licenciamento.

À luz da sistemática da DN COPAM nº 217/2017 e da DN COMAM nº 102/2020, assinale a alternativa CORRETA:

A) A modalidade de licenciamento é determinada exclusivamente pelo porte do empreendimento, sendo os critérios locais utilizados apenas para definir condicionantes.

B) Os critérios locais constituem elemento do enquadramento ambiental e podem influenciar a modalidade de licenciamento, juntamente com o porte e o potencial poluidor.

C) Os critérios locais da DN COPAM nº 217/2017 não podem ser considerados em Belo Horizonte, pois o licenciamento municipal é integralmente regido por legislação própria.

D) A incidência de critério locacional elimina a necessidade de caracterização do porte e do potencial poluidor, pois a localização passa a ser o único fator determinante.

Questão 3

Um empreendimento de grande porte será implantado no Município de Belo Horizonte. Em razão de suas características, sua implantação poderá gerar, simultaneamente, repercussões ambientais e urbanísticas, tais como aumento significativo do tráfego, alterações na mobilidade urbana, geração de resíduos, impactos sobre a drenagem e outros efeitos sobre o meio ambiente urbano.

Considerando a Lei Municipal nº 11.181/2019 e o Decreto Municipal nº 17.266/2020, analise as afirmativas a seguir:

I. Um mesmo empreendimento pode apresentar, simultaneamente, repercussões ambientais e urbanísticas, podendo ser enquadrado nas respectivas modalidades de impacto previstas na legislação municipal.

II. O fato de o empreendimento também produzir repercussões urbanísticas exclui, necessariamente, a competência do COMAM para sua análise e deliberação.

III. Quando o empreendimento estiver enquadrado como de impacto ambiental e de impacto urbanístico, a legislação municipal prevê a atuação do COMAM, observadas as competências e os procedimentos estabelecidos na legislação.

IV. A competência para análise e deliberação não pode ser definida exclusivamente pela escolha do empreendedor, devendo ser observados os critérios e as competências estabelecidos na legislação municipal.

V. Todo empreendimento que produza repercussões urbanísticas deve ser necessariamente submetido exclusivamente ao COMPUR, ainda que também esteja enquadrado como empreendimento de impacto ambiental sujeito à apreciação do COMAM.

Assinale a alternativa CORRETA:

A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.

B) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.

C) Apenas as afirmativas II, IV e V estão corretas.

D) Apenas as afirmativas I, II, III e V estão corretas.

Questão 4

Durante a fiscalização ambiental de uma obra pública no Município de Belo Horizonte, o Engenheiro Ambiental verificou a geração de resíduos da construção civil e de outros resíduos sujeitos a controle de transporte e destinação. Para avaliar a regularidade do gerenciamento, foram analisados documentos utilizados para registrar a movimentação dos resíduos, consolidar informações periódicas e comprovar sua destinação.

Considerando a documentação pertinente cobrada, no âmbito do licenciamento no município de Belo Horizonte, para registrar a movimentação de resíduos, analise as afirmativas:

I. O Cadastro de Transporte de Resíduos (CTR) é utilizado no controle e rastreamento do transporte de resíduos da construção civil, contendo informações que permitem identificar, entre outros dados pertinentes, o gerador, o transportador e o local de destinação.

II. O Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) acompanha a movimentação do resíduo desde sua origem até o destinador, contribuindo para a rastreabilidade e o controle de sua movimentação.

III. A Declaração de Movimentação de Resíduos (DMR) corresponde à declaração utilizada para consolidar periodicamente as informações relativas às operações com resíduos registradas no sistema aplicável, não substituindo o documento que acompanha individualmente cada transporte.

IV. O Certificado de Destinação Final (CDF) é emitido para comprovar a efetiva destinação dos resíduos recebidos, constituindo documento relacionado à conclusão do fluxo de rastreabilidade da destinação.

V. A emissão regular do MTR ou do CTR, por si só, comprova que o resíduo foi efetivamente recebido e submetido à destinação final ambientalmente adequada, tornando

dispensável a comprovação posterior da destinação.

Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Apenas as afirmativas I, II e V estão corretas.
- B) Todas as afirmativas estão corretas.
- C) Apenas as afirmativas II, III, IV e V estão corretas.
- D) Apenas as afirmativas I, II, III e IV estão corretas.

Questão 5

O Município de Belo Horizonte estuda intervenções em uma bacia hidrográfica urbana que apresenta recorrência de alagamentos e inundações, erosão das margens, ocupação de áreas próximas ao curso d'água e alterações na qualidade da água. Entre as alternativas avaliadas estão a implantação de estruturas de micro e macrodrenagem, bacias de retenção, recuperação das margens, parque linear e outras soluções baseadas na natureza.

No diagnóstico ambiental foram realizadas análises de parâmetros de qualidade da água, incluindo oxigênio dissolvido (OD), demanda bioquímica de oxigênio (DBO), turbidez, fósforo total e *Escherichia coli*, considerando também o enquadramento do curso d'água.

À luz dos princípios de gestão integrada de bacias hidrográficas, drenagem urbana e tratamento de fundos de vale, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O enquadramento do curso d'água representa a determinação de sua qualidade atual a partir dos resultados de OD, DBO, turbidez e demais parâmetros. Uma vez constatado o comprometimento da qualidade da água, a solução prioritária para o fundo de vale deve ser a canalização do curso d'água, pois o aumento da velocidade de escoamento reduz simultaneamente os riscos de

inundação, erosão e degradação da qualidade da água.

B) A avaliação da qualidade da água deve considerar parâmetros físicos, químicos e microbiológicos e sua relação com os padrões associados ao enquadramento do corpo hídrico. No planejamento da bacia, medidas de microdrenagem, como redes de drenagem e dispositivos de captação, podem ser articuladas a estruturas de macrodrenagem e a soluções baseadas na natureza, como áreas de retenção/infiltração, recuperação de margens e parques lineares. Intervenções como contenções e barragens devem ser avaliadas de forma integrada quanto aos seus efeitos hidráulicos, geotécnicos, ambientais e urbanos.

C) A implantação de parque linear em fundo de vale constitui medida de microdrenagem, pois sua principal função é captar e conduzir as águas pluviais provenientes dos lotes. Já as barragens e bacias de retenção são dispositivos de macrodrenagem destinados exclusivamente à melhoria da qualidade da água, não interferindo na regularização das vazões de cheia.

D) A presença de elevados valores de DBO e fósforo total, associada a baixos valores de OD, é indicativa exclusivamente de processos naturais do curso d'água e, portanto, não deve influenciar a definição das intervenções de drenagem. Em bacias densamente urbanizadas, soluções baseadas na natureza são inadequadas, devendo o controle de cheias ser realizado prioritariamente por canalizações, contenções e aumento da velocidade de escoamento.

Questão 6

De acordo com a Lei Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal), para cursos d'água naturais com largura inferior a 10 metros, a faixa mínima de Área de Preservação

Permanente (APP) ao longo do leito regular deve ser de:

- A) 15 metros.
 - B) 30 metros.
 - C) 50 metros.
 - D) 100 metros.
-

Questão 7

No processo de avaliação de impactos ambientais de um empreendimento, a definição de medidas de controle deve considerar a natureza, a magnitude, a duração e a possibilidade de reversão dos impactos identificados. Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir:

I. Medidas mitigadoras têm como objetivo evitar, reduzir ou minimizar os efeitos adversos de impactos ambientais associados à implantação ou operação de um empreendimento.

II. Medidas compensatórias podem ser adotadas para contrabalançar impactos ambientais negativos que não puderam ser evitados ou suficientemente mitigados, não devendo ser consideradas, de forma geral, substitutas das medidas de prevenção e mitigação aplicáveis.

III. A instalação de dispositivos para controle de processos erosivos e retenção de sedimentos constitui exemplo de medida mitigadora quando destinada a reduzir os impactos decorrentes da movimentação do solo.

IV. Toda medida executada após a ocorrência de um impacto ambiental é necessariamente classificada como compensatória, independentemente de sua finalidade ou do impacto ao qual esteja associada.

V. A escolha entre implementar uma medida mitigadora ou uma medida compensatória

deve ser realizada exclusivamente com base no menor custo financeiro para o empreendedor.

Assinale a alternativa CORRETA:

A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.

B) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.

C) Apenas as afirmativas II, III, IV e V estão corretas.

D) Apenas as afirmativas I, II, IV e V estão corretas.

Questão 8

Durante a execução de um contrato administrativo destinado à prestação de serviços de controle e monitoramento ambiental de uma obra pública, o fiscal do contrato, Engenheiro Ambiental, identificou que algumas obrigações previstas no termo de referência não estavam sendo cumpridas pela empresa contratada. Entre as ocorrências verificadas, estavam a execução parcial de medidas de controle de processos erosivos, a ausência de informações em relatórios de monitoramento e o descumprimento de prazo previsto no cronograma contratual.

Considerando as atribuições do fiscal do contrato e os procedimentos relacionados ao acompanhamento da execução contratual, assinale a alternativa CORRETA:

A) O fiscal do contrato deve limitar sua atuação à verificação dos aspectos técnicos dos serviços, não lhe cabendo registrar formalmente as irregularidades ou comunicar seu superior, uma vez que a aplicação de qualquer medida administrativa é atribuição exclusiva da autoridade competente.

B) Verificadas falhas na execução dos serviços, o fiscal deverá aguardar o encerramento do contrato para consolidar as ocorrências em relatório final, evitando o registro de apontamentos durante a execução

que possam interferir na relação entre a Administração e a contratada.

C) Diante do descumprimento das obrigações ambientais, o fiscal do contrato poderá determinar unilateralmente a alteração das especificações, dos quantitativos e dos prazos contratuais, desde que as modificações tenham como objetivo assegurar a proteção ambiental da obra.

D) O fiscal do contrato deve registrar as ocorrências verificadas durante a execução, acompanhar a correção das irregularidades e, quando a situação exigir providência que ultrapasse suas atribuições, comunicar o fato ao gestor ou à autoridade competente, fornecendo as informações necessárias à adoção das medidas cabíveis.

Questão 9

No planejamento de uma obra municipal, o responsável técnico precisa verificar se o empreendimento está inserido em área considerada de relevância ambiental para fins do Decreto Municipal nº 17.274/2020.

Assinale a alternativa que apresenta exclusivamente categorias reconhecidas como áreas de relevância ambiental pelo referido decreto:

A) PA-1, ADE de Interesse Ambiental, APP, Conexão de Fundo de Vale e área verde grafada em planta CP.

B) PA-2, Zona de Adensamento Preferencial, ZAP e Área Central.

C) Zona de Ocupação Moderada, Área Central, Zona Hipercentral e ADE Cultural.

D) Apenas APP, parques municipais e unidades de conservação estaduais.

Questão 10

Um Engenheiro Ambiental está analisando o orçamento e o cronograma físico-financeiro de um contrato de recuperação de área degradada. Entre os serviços previstos está a recuperação vegetal de uma área de 8.000 m².

A composição de custo unitário do serviço apresenta os seguintes valores:

- Mão de obra: R\$ 6,50/m²
- Mudanças e insumos: R\$ 8,00/m²
- Equipamentos: R\$ 2,50/m²
- Outros custos diretos: R\$ 3,00/m²

O cronograma prevê a execução de 25% do serviço no primeiro mês, 35% no segundo mês e 40% no terceiro mês.

Desconsiderando BDI, reajustes e outros custos não informados, assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE o custo direto total do serviço e o valor previsto para execução no segundo mês.

A) Custo total de R\$ 160.000,00 e execução de R\$ 56.000,00 no segundo mês.

B) Custo total de R\$ 160.000,00 e execução de R\$ 64.000,00 no segundo mês.

C) Custo total de R\$ 140.000,00 e execução de R\$ 49.000,00 no segundo mês.

D) Custo total de R\$ 200.000,00 e execução de R\$ 70.000,00 no segundo mês.